

EMBAIXADA DO BRASIL EM LIBREVILLE
EMBAIXADOR BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO
RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO
PERÍODO 2012-2016

INTRODUÇÃO

Brasil e Gabão estabeleceram relações diplomáticas no final da década de 1960. A Embaixada do Brasil em Libreville, a única de país latino-americano nesta capital, foi criada em 1974, dois anos após a visita do Chanceler Mário Gibson Barboza ao país (1972), em seu "périplo africano". A Embaixada do Gabão em Brasília, por sua vez, é a única repartição diplomática gabonesa na América Latina. Em seus anos iniciais, o relacionamento bilateral foi amplamente impulsionado pelas vendas de petróleo do Gabão ao Brasil, no contexto do choque do petróleo dos anos 1970 (o Banco do Brasil chegou a abrir agência em Libreville nessa década). Esse ímpeto inicial foi, no entanto, bastante reduzido durante a crise da dívida nos anos 1980 e no período de estagnação da balança comercial brasileira nos anos 1990. No plano da cooperação técnica, foi instituída, em 1982, a Comissão Mista Brasil-Gabão, que se reuniu pela segunda e última vez em Libreville, em 1988.

O ex-Presidente Omar Bongo visitou o Brasil três vezes: em 1975, em 1992 (por ocasião da Rio-92) e em 2002. Na última delas, veio com a intenção principal de tratar sobre a jazida de minério de ferro de Belinga, o maior depósito ainda não explorado do mundo. O Presidente Lula realizou, em 2004, a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Gabão, mesmo ano em que a VALE S.A. iniciou operações no país por meio de uma filial, fazendo estudos em jazidas de manganês e em Belinga. Nos três anos de negociações que se sucederam, o Governo gabonês decidiu conceder integralmente a exploração da mina a uma companhia estatal de engenharia chinesa, que seria, a princípio, apenas sócia da VALE na construção da infraestrutura da mina. No contexto da perda do contrato, a VALE encerrou suas operações no Gabão em 2007.

Após quase uma década de relações rarefeitas (e especialmente após a concessão de Belinga aos chineses), os contatos bilaterais de alto nível foram reestabelecidos com o encontro

mantido mês de maio 2013 entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Ali Bongo Ondimba em Adis Abeba, durante as comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi anunciada a aprovação, pelo Senado brasileiro, do acordo de liquidação antecipada da dívida soberana gabonesa com o Brasil (com deságio de aproximadamente 15% do valor total de USD 25,7 milhões), pré-condição para a retomada das operações de crédito entre as duas nações.

Com o acordo, o montante total de cerca de USD 24 milhões depositado pelo Gabão em favor do Brasil em conta do Banco do Brasil de Nova York desde 2007 (época da assinatura da Ata de Entendimento do Clube de Paris de 18/07/2007) ficou liberado para ser internalizado e o Estado gabonês autorizado a novamente receber financiamentos por meio do PROEX e outras linhas de crédito brasileiras. Desde então, sucessivas missões governamentais têm se dirigido ao Brasil com a intenção de adquirir equipamentos brasileiros. Da mesma maneira, interlocutores governamentais gaboneses têm aprofundado discussões com possíveis investidores brasileiros nas áreas de mineração e construção civil. O contrato de Belinga com os chineses, a seu turno, acabou suspenso em dezembro de 2011, em função de desavenças contratuais e atrasos graves na realização de estudos prévios. Atualmente, o Estado gabonês reavalia o modelo de exploração de Belinga e demonstrou renovado interesse em contar com a experiência de empresas brasileiras no projeto.

O novo ímpeto econômico da relação também tem dimensões políticas, confirmadas pelo apoio do Gabão à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC, à Direção-Geral da FAO e à candidatura de São Paulo à Expo 2020.

O Gabão deu, ademais, sinais de que "vê com bons olhos" a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Efetivamente, em janeiro de 2016, fui recebido, juntamente com os meus homólogos japonês, alemão e francês, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Emmanuel Issoze Ngondet, em audiência a respeito do processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na ocasião, o Chanceler gabonês afirmou que seu país deseja uma reforma profunda do CSNU para que este se torne mais democrático e representativo do atual sistema internacional e que vê o Brasil como um candidato natural a ocupar um lugar permanente no Conselho. Segundo Issoze Ngondet, "o mundo mudou, não é o mesmo que o de 70 anos atrás. Daí a

necessidade de que o Conselho seja ampliado por meio da incorporação de novos membros permanentes e não-permanentes. O Gabão e a África no seu todo consideram uma injustiça a composição atual do Conselho e desejam 2 postos permanentes e 2 ou 3 não-permanentes".

O Presidente Ali Bongo Ondimba visitou o Brasil em junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Em 2014, por ocasião da Copa do Mundo, veio novamente ao país, oportunidade em que manteve breve encontro com a então Presidenta Dilma Rousseff. O Presidente gabonês já manifestou, em diversas ocasiões, interesse de realizar visita oficial ao Brasil.

Essa visita vem sendo discutida de maneira mais decidida desde o encontro entre o Vice-Presidente Michel Temer e o Chanceler Emmanuel Issozé Ngondet realizado no aeroporto de Libreville em julho de 2012 e preparada por diversos agentes da Presidência gabonesa, que têm mantido contatos com empresas brasileiras de diversos setores, algumas das quais visitadas pelo próprio Presidente Ali Bongo durante sua estadia no país em junho de 2012, à margem de sua participação na Conferência Rio+20, e durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Ela poderia dar novo ímpeto às relações bilaterais, que conheciam um processo de relativa desaceleração na última década, sobretudo em função da perda de concorrência, por parte da Vale, do projeto de exploração da jazida de ferro de Belinga. No bojo dessa visita, eventualmente em concomitância com a realização de uma nova COMISTA, poderia ser discutida, entre outras, a questão da cooperação agrícola bilateral (cultivos da mandioca, cana-de-açúcar etc), atualmente em ponto morto.

COMÉRCIO BILATERAL

As trocas comerciais entre o Brasil e o Gabão mantiveram, em 2015, a tendência apresentada nos últimos dez anos, de uma corrente de comércio composta praticamente apenas de exportações brasileiras. Estas chegaram, no último ano, a um total de cerca de USD 36,5 milhões, contra USD 49,5 milhões em 2014 e USD 47,7 milhões em 2013. As importações provenientes do Gabão totalizaram, por sua vez, pouco mais de USD 30 mil no mesmo período.

A queda das exportações brasileiras em 2015 foi consequência

da crise econômica gabonesa que atingiu fortemente a demanda interna e o consumo de bens importados. Seguindo a tendência histórica, a pauta exportadora brasileira para o Gabão ficou concentrada principalmente em carnes e gêneros alimentícios, havendo ocorrido uma queda considerável nas vendas de carne bovina e de frangos congelados inteiros, não compensadas, desta vez, como ocorreu em 2014 e 2013, por vendas ocasionais de outros produtos que não constam tradicionalmente na pauta bilateral (exportações de ônibus pela empresa Marcopolo).

Se as exportações brasileiras para o Gabão não representaram mais que 0,01% do total das exportações nacionais em 2015, elas tiveram uma participação importante no total das importações gabonesas. O Brasil é tradicionalmente um dos principais fornecedores de produtos agrícolas para o Gabão, tendo se colocado, na pauta importadora total local, na 16^a posição em 2012, 16^a em 2013, 17^a em 2014 e 15^a em 2015.

Cabe ressaltar, ademais, que os números oficiais das exportações brasileiras são enganosos, pois muitos dos nossos produtos entram no Gabão via terceiros países, sobretudo a França (os principais supermercados do país são de capital francês, como Casino, Carrefour etc), não sendo, portanto, contabilizados como exportações brasileiras, mas como francesas.

Entre os principais desafios para uma expansão da presença da carne e dos demais produtos brasileiros no setor varejista gabonês, encontram-se (i) a carência de linhas de transporte marítimo regular entre o Brasil e a África Central, (ii) os custos aduaneiros e fiscais impostos pelo governo gabonês (que se projetam na predominância do setor informal), (iii) as dimensões reduzidas do mercado doméstico, (iv) a pouca conectividade terrestre com os países vizinhos (o que permitiria ganhos de escala às exportações brasileiras) e (v) a concorrência com produtores franceses (principalmente), dotados de vantagens logísticas, de escala e contratos de exclusividade.

O mercado doméstico, apesar de relativamente pequeno (a população gabonesa é estimada em 1,6 milhão de pessoas), tem um bom potencial de consumo, mas o seu acesso por via direta é relativamente difícil para os exportadores brasileiros que tendem a ser nele ultrapassados por concorrentes globalmente menos competitivos, como os franceses, os sul-africanos e os cameruneses.

Em suma, ponderando-se os desafios e as oportunidades de expansão, percebe-se que há espaço para uma expansão da presença de produtos brasileiros no Gabão, sobretudo carne, mas igualmente para bens industriais e equipamentos em geral.

De fato, em abril de 2013, agentes da consultoria aérea gabonesa GALAS, munidos de carta de mandato do Ministro dos Transportes do Gabão, manifestaram à Embaixada em Libreville interesse na aquisição de aeronaves E190 e E195 da Embraer para a frota de uma futura companhia aérea nacional gabonesa, que está em fase de planejamento. Em maio desse mesmo ano, a empresa brasileira, por meio de seu escritório comercial na França, ofereceu ao Estado gabonês duas aeronaves com prazo de entrega garantido para o fim de 2013, além de financiamento integral da aquisição pelo Deutsche Bank. A proposta foi apresentada pela equipe da Embraer, com auxílio da Embaixada em Libreville, aos então Ministro dos Transportes, Magloire Ngambia, e Primeiro Ministro, Raymond Ndong Sima, bem como ao Chanceler Emmanuel Issozé Ngondet, ao Assessor Diplomático da Presidência da República, Jean-Yves Teale, e a um número de outros tomadores de decisão gaboneses. A empresa brasileira ofereceu igualmente ao Gabão a possibilidade de cooperação na criação de um centro de manutenção de aeronaves e de treinamento, no modelo de suas operações com a Kenya Airways na África Oriental. Até agora, porém, nenhuma decisão foi tomada em nível presidencial sobre a aquisição das aeronaves e a efetiva criação da companhia aérea.

Ainda no que diz respeito à aviação, fui procurado, em outubro de 2015, pelo Sr. Caetano Spuldar Neto, Executivo da Área Internacional da Embraer Defesa e Segurança, o qual afirmou ter tido conhecimento que o Governo do Gabão desejava adquirir uma aeronave de transporte tático militar usada de um país europeu. Como a Embraer agora possui em seu portfólio o KC-390, que é o mais novo e moderno avião de transporte tático militar do mercado, mostrou interesse em mostrá-lo para as autoridades gabonesas. Paralelamente, a Embraer deverá realizar evento de demonstração da aeronave A29 Super Tucano, em Libreville, entre 20 e 21 de junho de 2016.

Em janeiro de 2014, numa operação comercial que contou com o apoio direto da Embaixada, a Sogatra comprou 149 ônibus brasileiros, venda que atingiu o valor de aproximadamente US\$

15 milhões. Todas as unidades (59 com mecânica Mercedes-Benz e os demais com mecânica Volkswagen) já encontram-se rodando em Libreville, onde têm contribuído sobremaneira para a melhora do transporte público local, até então inexistente e dependente de precários táxis privados, via de regra superlotados e de péssima manutenção técnica. Em função do enorme sucesso dos ônibus brasileiros, a Sogatra comprou, ainda em 2014, outras 60 unidades para servir especificamente a região da orla marítima da capital gabonesa. São ônibus mais luxuosos e equipados de ar condicionado para ligar o centro ao aeroporto, passando de avenida de "Bord de Mer" onde estão os principais hotéis da cidade. Existem negociações em curso, ademais, para a compra de outros 100 ônibus brasileiros tendo em vista que o Gabão sediará, em 2017, a próxima Copa Africana de Nações (CAN) de Futebol.

Considero que a venda dos ônibus brasileiros e o acordo entre a Marcopolo e a Sogatra para a manutenção dos veículos e a formação de obra local podem ser apontados como um exemplo concreto das boas relações bilaterais e da possibilidade de serem efetivados esquemas de cooperação Sul-Sul para ambos países. Outra forma de cooperação encontra-se em fase final de estudo: a eventual abertura, em Libreville, pela Marcopolo, de um depósito de peças e acessórios necessários para a manutenção desses ônibus no Gabão e de outros vendidos pela empresa brasileira aos demais países da região (recentemente a Marcopolo teria fechado contrato para a venda de 100 ônibus para a Guiné Equatorial e estaria negociando igualmente com os Governos dos Camarões e do Congo Brazzaville).

Além disso, em meio à crise da coleta de lixo que mobilizou a população e a imprensa local em 2012, a empresa responsável pela coleta de lixo em Libreville (SOVOG) foi estatizada (em outubro de 2012), quando 70% de seu capital foi adquirido pelo Estado. A nova companhia, denominada CLEAN Africa, montou plano de investimentos de urgência e realizou, durante a primeira semana de agosto de 2013, missão de prospecção de negócios ao Brasil, na qual manteve encontros com fornecedores de veículos de coleta de lixo em Goiânia (Planalto Indústria Mecânica) e em Araucária/PR (DAMAEQ Indústria). Até agora nenhuma compra foi efetivada, mas as negociações continuam em aberto.

À luz, portanto, do bom potencial existente aqui para o incremento das exportações brasileiras solicitei, em janeiro

de 2013, autorização para contratar um funcionário local a fim de melhorar o atendimento aos exportadores brasileiros. Nesse sentido, foi selecionada uma funcionária de nacionalidade gabonesa, com domínio fluente do idioma português, para dar início às atividades sistemáticas de promoção comercial. O objetivo foi instalar uma espécie de embrião de Setor Comercial (SECOM) na Embaixada, o qual teria, como foco inicial, o setor varejista formal, dominado por um número pequeno de grupos sediados em Libreville, mas também, no futuro, a aproximação entre organizações como as câmaras de comércio locais e suas contrapartes no Brasil.

Esses objetivos iniciais foram atingidos, mas caberia ir além. Nesse sentido, aconselho o novo Chefe do Posto a reforçar esse setor para torná-lo mais ágil e capaz de difundir melhor, no mercado local, informações sobre produtores brasileiros. Essa seria uma ótima via para transformar vendas pontuais em permanentes, criando novos nichos para a produção brasileira no Gabão.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS

a) Vale do Rio Doce:

A exploração da jazida de Belinga, o maior depósito de ferro ainda não explorado do mundo, é considerada central na estratégia de diversificação econômica do Gabão. Descoberta em 1985, estima-se que a jazida detenha mais um bilhão de toneladas de minério de ferro. O projeto, incluindo sua parte de mineração, de infraestrutura energética e de transportes, tinha custos estimados em cerca de US\$ 4 bilhões em 2006 e seria dividido entre a brasileira VALE e a chinesa CMEC (China Machinery and Engineering Corporation), que atuariam como um consórcio. Em 2007, no entanto, o Governo gabonês decidiu dar a concessão (de 25 anos) integralmente à companhia chinesa, apesar dos investimentos em prospecção já realizados pela VALE. O projeto, que compreende uma mina com produção estimada em 20 a 30 milhões de toneladas/ano, uma usina hidroelétrica, uma ferrovia e um porto em águas profundas, foi suspenso em dezembro de 2011 (porém não rescindido ou anulado), já na gestão de Ali Bongo Ondimba. Alegando falta de cumprimento das obrigações contratuais (inexistência de estudos básicos, como os geológicos e de viabilidade do projeto), o Governo gabonês conduziu a parte chinesa (que havia prometido início da produção antes de

2010) a uma renegociação contratual. Tal revisão, ainda em curso, prevê uma nova formatação do projeto, inclusive com a entrada de outros operadores do setor minerador, a fim de explorar minerais que não o ferro, também presentes na jazida. No momento atual, a consultoria do setor de mineração SRK Consulting encontra-se em plenos trabalhos de reavaliação do projeto com vistas à reabertura de concorrência internacional.

A conjuntura econômica internacional desfavorável e problemas internos da Vale parecem, contudo, ter afastado a empresa do projeto
Belinga.

b) Petrobrás:

A Petrobrás abriu escritório no Gabão em agosto de 2014, com objetivo de manter acompanhamento mais próximo das atividades nos blocos Mbeli Marin e Ntsina Marin, localizados na costa gabonesa e nos quais a PO&G-BV (joint venture controlada pelas empresas Petrobrás e Banco BTG Pactual S.A., com atuação no segmento de exploração e produção de petróleo no continente africano) detém 50% de participação - os demais 50% são detidos pela empresa anglo-sul-africana Ophir Energy -, assim como de facilitar sua interface junto às autoridades locais e a outras empresas do setor de petróleo instaladas no Gabão.

A falta de sucesso na prospecção de petróleo nos dois blocos acima mencionados e problemas internos da Petrobras a levaram a fechar seu escritório em Libreville em dezembro de 2015.

c) Queiroz Galvão:

Desde o anúncio da possibilidade de retomada da cooperação econômica bilateral por meio de financiamentos oficiais brasileiros (maio de 2013), abriram-se oportunidades para projetos de empresas brasileiras no Gabão, sobretudo na área de construção civil. Na esteira dessa nova perspectiva, a Queiroz Galvão abriu escritório em Libreville com o objetivo de prospectar oportunidades de negócio no país, que estava, naquele momento, conhecendo uma conjuntura de forte crescimento econômico.

A reversão desse quadro a partir da queda dos preços do petróleo impediu, contudo, a empresa de concretizar qualquer projeto junto ao governo local, o que a levou a fechar seu

escritório em dezembro de 2015.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional ocupa importante posição nas relações bilaterais e é baseada em três programas: PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação; PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação e; PEPME - Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros, que existem desde 1983. Nos últimos quinze anos, o Brasil formou 130 alunos gaboneses nas suas universidades sob o PEC-G e forneceu bolsas para 60 gaboneses participarem do PEPME.

O Governo local tem louvado essa cooperação, cabendo enfatizar que a grande maioria dos gaboneses formados no Brasil desempenha funções de relevância na esfera pública e privada, abrindo importantes canais de contato que facilitam a promoção dos nossos interesses no Gabão.

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à malograda experiência de abertura de um leitorado de português junto à Universidade Omar Bongo de Libreville. Em 2006, o Governo gabonês havia solicitado a sua abertura à luz do crescente interesse pelo aprendizado do português por estudantes gaboneses, como também por alunos originários da relativamente importante comunidade lusófona (sobretudo de São Tomé e Príncipe e Angola) vivendo no país. A demanda gabonesa foi examinada e aceita pelas autoridades brasileiras e o leitorado foi aberto em 2010, com a vinda da Professora Tânia Dias Jordão, da UFMG. As atividades da professora no Departamento de Estudos Ibéricos e Latino-Americanos da referida universidade envolviam a docência de disciplinas de língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras. Era (e continua sendo) grande o interesse local pela língua portuguesa decorrente da especial atenção que o Brasil desperta no continente africano. Existe, ademais, no Gabão, disposição de construir vínculos culturais externos ao mundo francófono e de estreitar laços com os países emergentes.

A experiência, apesar de feliz na sua concepção, somente funcionou durante dois anos e não teve condições de ser renovada em virtude de problemas internos gaboneses derivados dos movimentos de greve que paralisaram a Universidade Omar Bongo durante praticamente todo o ano de 2011 e parte de 2012. Outros pontos negativos que pesaram na decisão de fechar o leitorado foram a dificuldade de interlocução da

professora com a direção de seu departamento, com a reitoria e com a administração da universidade. Além desses obstáculos, os constantes atrasos no pagamento dos salários da Sra Jordão por parte da Universidade gabonesa a obrigavam a sérios constrangimentos de ordem material, em virtude do alto custo de vista em Libreville (a terceira capital mais cara da África e a décima-segunda do mundo).

SUGESTÕES PARA O NOVO CHEFE DE MISSÃO

a) Plano macro:

Numa perspectiva mais macro, a prioridade absoluta para o novo Chefe de Missão deve ser a de trabalhar em perfeita sintonia com a Chancelaria local para que se concretiza a realização, em Brasília, de uma Comissão Mista bilateral. O Governo gabonês tem reiteradas vezes qualificado a COMISTA como um instrumento fundamental para adensar a interlocução bilateral tanto a nível técnico quanto político. Além disso, ela teria o papel de preparar o encontro presidencial que vem sendo discutido desde meados de 2012, quando da passagem do então Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, por Libreville.

Na visão gabonesa, a qual endosso plenamente, o evento poderia igualmente ser acompanhado da realização de uma reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (estabelecido por meio de acordo assinado em 2004 e cuja última reunião foi realizada em Libreville, em maio de 2010). Um encontro de consultas políticas poderia ser altamente proveitoso para uma melhor compreensão, pela Parte gabonesa, das reais possibilidades do Brasil, até para se evitar uma tramitação "inútil" de pedidos. A oportunidade serviria, ainda, para que as autoridades gabonesas pudessem explicar as suas estratégias de industrialização e de resgate do setor agrícola, bem como as suas expectativas em relação ao Brasil. A ocasião seria propícia também para a realização, à margem da Comissão Mista, de visitas técnicas dos diferentes órgãos da Administração Pública gabonesa aos seus congêneres brasileiros, a fim de avaliar as possibilidades futuras de cooperação técnica.

Em suma, a COMISTA poderia ser o "locus" ideal para a discussão e definição de uma política de médio e longo prazos para a relação bilateral.

Hoje, apesar de serem grandes as expectativas gabonesas em relação ao Brasil no que tange a investimentos e cooperação técnica, as autoridades locais queixam-se de que não têm "clareza" sobre os reais interesses, possibilidades e limites da parte brasileira.

O fato é que as nossas "oscilações" e "inconstâncias" causam um elevado grau de "desconcerto" nos nossos interlocutores locais. Como exemplos concretos desse "desapontamento" local quanto ao estado atual das relações bilaterais podem ser citadas as negativas brasileiras aos pedidos gaboneses de cooperação no setor agrícola (denegações é bem verdade justificadas pelas restrições orçamentárias que afetaram, nos últimos anos, a Administração Pública brasileira, assim como pelas deficiências formais e conceituais na formulação das propostas gabonesas).

Outra "frustração" diz respeito aos sucessivos problemas de agenda que impediram, até agora, a realização de uma visita oficial do Chanceler Emmanuel Issozé Ngondet ao Brasil, como solicitado pela Parte gabonesa. Esse seria o primeiro passo para a almejada visita oficial do Presidente gabonês ao Brasil, fundamental para a redinamização das relações bilaterais.

Nessa Reunião da Comissão Mista bilateral (solicitada originalmente pela Parte gabonesa no primeiro trimestre de 2014) poderiam ser tratados os seguintes projetos de acordos de cooperação que encontram-se atualmente em estado de inação:

1) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento:

Em julho de 2013 foi mencionada pelas duas Partes (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil - MDIC e Ministério da Indústria e das Minas do Gabão) a possibilidade de adoção bilateral do novo modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento (ACFI) aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). O acordo proveria incentivo à entrada de empresas brasileiras no Gabão, estímulo adicional àquele oferecido pela reestruturação da

dívida gabonesa, que abriu a possibilidade de se considerar a cooperação por meio de financiamentos oficiais brasileiros. Na ocasião, a Parte gabonesa reagiu positivamente à sugestão brasileira de negociação do ACFI. Paralelamente, poderia ser negociado um acordo de proteção de investimentos.

2) Formação de Diplomatas pelo IBr:

Antigo pleito do Ministério dos Negócios Estrangeiros gabonês, cujos quadros contam com bom número de diplomatas formados no Brasil principalmente nos anos 1980, um projeto de Memorando de Entendimento foi proposto pela Parte brasileira em 13 março de 2013, após visita de delegação da Chancelaria gabonesa ao Instituto Rio Branco. A parte gabonesa ofereceu contraproposta com revisões ao texto em 30 de abril de 2013, a qual ainda se encontra em análise pela Parte brasileira. Espera-se que, com a assinatura de um Memorando de Entendimento, a Parte gabonesa possa voltar a apresentar, no futuro próximo, candidaturas aos Cursos de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco.

3) Pequenas e Médias Empresas e Indústrias:

Durante as gestões relativas à candidatura brasileira à Direção-Geral da OMC junto ao Ministério do Comércio gabonês responsável também pela promoção das pequenas e médias empresas e indústrias - PMEs, (eleição ocorrida em maio de 2013), foi ventilada a possibilidade de uma reformulação e retomada do Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias assinado em 2002, quando da visita do Presidente Omar Bongo ao Brasil. Foi manifestado, ademais, por Libreville, interesse pelas atividades do SEBRAE.

No dia 5 de agosto de 2013, a Chancelaria gabonesa encaminhou dois projetos de acordo, o primeiro sobre uma possível parceria entre a PROMOGABON ("Agence de Promotion de la Petite et Moyenne Entreprise") e o SEBRAE brasileiro e o segundo um "Protocole de Coopération en Matière de Promotion des Petites et Moyennes Entreprises, de l`Artisanat et de l`Economie Sociale" que serviria para reativar e ampliar em sua abrangência o Protocolo de 2002.

Ambos os textos encontram-se ainda em análise pela Parte brasileira.

Apesar de não ter ocorrido novo desdobramento quanto a esses eventuais acordos, o Embaixador do Gabão no Brasil, Jacques Michel Moudoute-Bell, tem afirmado que há muito interesse do Gabão na assinatura desses instrumentos e que seria útil organizar uma troca de visitas entre ministros que se ocupam desses temas.

4) Meio ambiente: Sensoriamento Remoto de Florestas Tropicais, Parques nacionais e tartarugas marinhas

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no âmbito de seu projeto "CBERS para a África", que propicia a distribuição gratuita de imagens dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) a países africanos, firmou dois acordos tripartites no Gabão com a Agência Gabonesa de Estudos e Observações Espaciais (AGEOS), um deles com a participação do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) da França e outro com a participação do Centro Chinês para Dados e Aplicações de Satélites de Recursos Terrestres (CRESDA). O acordo Brasil-Gabão-França foi firmado em 1º de julho de 2010 e o Brasil-Gabão-China em 08 de novembro de 2011.

Desde outubro de 2009, a "Agence Nationale des Parcs Nationaux" (ANPN) e o Grupo de Entidades pela Proteção das Tartarugas Marinhas no Gabão ("Partenariat pour les Tortues Marines du Gabon") vêm solicitando apoio brasileiro a suas atividades. Em 2010, foram realizadas missões de prospecção de projetos no Gabão e no Brasil, com a participação do Projeto TAMAR e da ABC, que resultaram na sugestão de organização de curso de observadores de bordo marítimos pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Em função de restrições orçamentárias de ambas as partes, desencontros de datas e rearticulação de equipes, as missões não tiveram êxito em organizar um projeto de cooperação.

Em agosto de 2013, entretanto, o Secretário Executivo da ANPN, Lee White, voltou a manifestar interesse pela cooperação com autoridades ambientais brasileiras nos domínios da (i) gestão de parques nacionais, (ii) gestão ambiental de projetos de exploração mineradora de grande escala, (iii) diretrivas e normas para a exploração petrolífera onshore e offshore, (iv) conservação de mamíferos marinhos e tartarugas, (v) troca de experiência na luta contra a caça ilegal e formação de guarda florestal, (vi)

ecoturismo em zonas de florestas úmidas e tropicais e (vii) monitoramento do deforeamento e atividades econômicas em parques e zonas protegidas. Por carta, o Secretário Executivo da ANPN prontificou-se a se deslocar ao Brasil para uma visita de trabalho. Desde então, não houve desdobramentos sobre projetos ambientais, apesar do interesse e do protagonismo internacional do Gabão sobre o tema.

Todas essas tratativas, interrompidas nos últimos anos, deveriam ser retomadas.

5) Agricultura

A agricultura foi içada, nos últimos anos, ao nível de prioridade de primeira ordem no Gabão, com vistas a diminuir a dependência alimentar do país ao exterior, de onde provém cerca de 85% dos alimentos consumidos. Para tanto, o Governo gabonês, em linha com programa da União Africana (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura na África), indicou que pretende aumentar de cerca de 1 para 10% de seu orçamento o valor dos investimentos no setor entre 2014 e 2020.

O Ministro da Agricultura do Gabão, com quem mantive audiência em fevereiro de 2013, manifestou alta expectativa em relação à cooperação brasileira, tendo considerado o Brasil como "o maior exemplo de êxito agrícola em regiões tropicais e equatoriais do mundo"). O seu passo seguinte foi apresentar-me, no mês de abril, projeto de acordo geral sobre o tema, o qual foi imediatamente enviada para as autoridades competentes brasileiras para análise. Esse projeto de acordo de cooperação no campo agrícola foi julgado, entretanto, inviável naquele momento em função das restrições orçamentárias vividas pela Agência Brasileira de Cooperação-ABC.

A esse respeito, recordo que, em abril de 2011, missão brasileira que viria ao Gabão para organizar projeto relativo à cooperação técnica no domínio da cultura da mandioca teve de ser cancelada em função do contingenciamento realizado pelo Ministério do Planejamento no orçamento da ABC. O projeto vinha sendo examinado desde manifestação de interesse da parte gabonesa em 2002, tendo sido assinado, por ocasião da visita do Presidente Lula à Libreville, em 28/07/2004, um "Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Técnica no

Domínio da Cultura da Mandioca".

A cooperação bilateral sobre a cultura da mandioca teve, contudo, vida curta, sendo rapidamente interrompida em virtude de o Gabão ter deixado de disponibilizar os recursos correspondentes à sua contrapartida no projeto. À luz do incumprimento gabonês, a EMBRAPA acabou por considerar, em 2009, perempta a proposta de 2004.

Por carta de 1º de abril de 2011, o então Ministro da Indústria gabonês, Magloire Ngambia, manifestou interesse em retomar os entendimentos sobre o projeto, mas as discussões foram encerradas de modo abrupto pelo contingenciamento de recursos da ABC e pela descoordenação de datas para realização de missões técnicas entre as duas partes.

Em 17 de outubro de 2013, o Ministério dos Negócios Estrangeiros gabonês voltou a solicitar a avaliação brasileira sobre proposta de assinatura de três cartas de intenção na área agrícola (relativas aos domínios da segurança alimentar, cultura do café e do cacau e da mandioca). Em 11 de novembro de 2013, a Parte brasileira respondeu à demanda gabonesa, informando a prescindibilidade jurídica das cartas de intenção e a impossibilidade de negociação de novos projetos em virtude do pouco espaço existente no orçamento do ano de 2014.

Em suma, apesar do entusiasmo gabonês quanto à experiência brasileira no desenvolvimento da agricultura, não há até agora desdobramentos concretos sobre o assunto. Diante, portanto, dessa alta expectativa local quanto a formas de cooperação com o Brasil, seria oportuna uma oferta, pela parte brasileira, de receber visita de grupo técnico gabonês para tratar das possibilidades de cooperação nas áreas indicadas por Libreville.

6) Conselhos Econômicos e Sociais

Em dezembro de 2012, o Conselho Econômico e Social gabonês informou ter a intenção de promover cooperação mais estreita com sua instituição homóloga brasileira, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (COES), órgão de assessoramento imediato da Presidência da República. Em março de 2013, um projeto de protocolo de acordo entre ambas as instituições foi submetido à análise da parte brasileira. Evocava, entre seus objetivos, a cooperação técnica entre as

duas instituições e o favorecimento da tomada de posição comum nas organizações internacionais nas quais ambos os Conselhos atuam, principalmente a AICESIS (Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares).

O texto proposto pela parte gabonesa ainda não teve resposta da parte brasileira.

7) Defesa

A cooperação com o Gabão na área de defesa já foi importante no passado (anos 70), mas hoje é bastante incipiente. Em janeiro de 2013, o Chefe do Estado-Maior Particular do Presidente do Gabão, Chefe da Casa Militar, Vice-Almirante Hervé Nambo Ndouany, reuniu-se, em Brasília, com o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira. Na ocasião, manifestou o interesse gabonês de contar com a cooperação do Brasil nas áreas de formação de unidades de forças especiais e inteligência. Também foi mencionado o estabelecimento de modalidades de cooperação institucional com o antigo Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Todas essas manifestações de interesse não culminaram, porém, em ações posteriores.

No âmbito da indústria nacional de defesa, o Governo gabonês tem mostrado interesse na aquisição de aeronave de transporte militar KC-390, assim como de outras aeronaves fabricadas pela Embraer, como o Super Tucano, mas não se concretizaram vendas até o momento. O Gabão tem em princípio interesse nessa aeronave devido ao crescimento da instabilidade política na África Central e ao desejo de conseguir maior autonomia das suas Forças Armadas em relação às forças militares francesas estacionadas no país e na região.

8) Consultas Políticas

Em 2004, durante a visita do ex-Presidente Lula ao Gabão, foi assinado um Acordo de Cooperação para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. Em 2010 e 2011, os dois países mantiveram mandato simultâneo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ocasião em que uma reunião de consultas políticas foi realizada em Libreville (dia 19 de maio de

2010). Entre os temas da agenda, a situação de paz e segurança na região centro-africana e na África Ocidental (sobretudo Nigéria e República Democrática do Congo), a situação interna em ambos os países, o incremento da cooperação educacional, agropecuária, ambiental e do comércio bilateral.

O Gabão, como expressei à SERE em várias ocasiões ao longo desses mais de quatro anos à frente da Embaixada em Libreville, tem a expectativa de contar com o Brasil como um de seus principais parceiros para o desenvolvimento, sendo a cooperação bilateral uma das dimensões relevantes dessa expectativa. O Brasil é visto como um modelo a ser seguido e como um parceiro de primeira grandeza na busca gabonesa de diversificação de parcerias no campo externo.

b) Plano micro:

Numa abordagem micro, o novo Embaixador deverá obrigatoriamente lutar para reforçar o quadro de funcionários do Posto, atualmente muito desfalcado, o que penaliza sobremaneira o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Desde março de 2014, encontro-me só, sem um segundo (ou terceiro) diplomata, e nem sequer conto com a ajuda de um Oficial de Chancelaria. Trabalhar sozinho, sem a ajuda de outro diplomata, e de um corpo de funcionários capaz, ágil e motivado, é muito difícil e contraprodutivo para os interesses brasileiros. Essa situação, num país onde a atividade protocolar de um Embaixador é muito intensa, prejudica o fluxo, a quantidade e até mesmo a qualidade das informações enviadas pelo Posto para a Secretaria de Estado. Retarda igualmente o tempo de resposta às solicitações vindas de Brasília.

Sofremos, desse modo, inúmeros problemas derivados, por exemplo, do acúmulo de trabalhos de tradução de todo tipo, como os pedidos de apoio do Governo gabonês às candidaturas de brasileiros a cargos em organizações internacionais; as respostas a solicitações de empresas brasileiras interessadas em exportar para o Gabão; e os serviços de contabilidade do Posto.

Esse último ponto é de extrema fragilidade, pois conto hoje com uma única pessoa na contabilidade e peço diariamente a

ajuda de Deus para que não aconteça nada de grave e anormal nesse setor. Quando o responsável pela contabilidade sai de férias, ou fica doente, o Posto passa a viver clima de apreensão.

A questão, porém, não diz respeito apenas à quantidade de funcionários, mas sobretudo à sua qualidade. É fundamental poder contar com funcionários capazes, trabalhadores e motivados, o que, infelizmente, não é a regra em países sabidamente "difíceis" e "complicados" como o Gabão.

Desse modo, aconselho ao novo Embaixador reforçar, tanto de modo quantitativo como qualitativo, a sua futura equipe.

Segundo um provérbio chinês, "A pobreza sufoca a ambição". Nessa linha de raciocínio, aventuro igualmente afirmar que "A pobreza de meios pauperiza a nossa política africana", criando um abismo entre o voluntarioso discurso retórico que afirma ser a África uma "prioridade absoluta da diplomacia brasileira" e a triste realidade material vivida atualmente pelo Itamaraty. Tal descompasso entre meios e fins, além de nos afastar da "justa medida" em termos de política externa africana, acabará, caso não revertida, nos condenando à insignificância nesta parte do mundo tão próxima do Brasil e dos
brasileiros.

Libreville, em 13/06/2016